

A OPINIÃO DO JOVEM SOBRE A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL

Ana Claudia Silva Almeida*

RESUMO: A história agrária do Brasil sempre esteve ligada à concentração de terras. Após séculos de concentração fundiária no país, diversos segmentos de trabalhadores rurais lutam pela conquista da terra. A estruturação agrária de um determinado espaço pode ser foco de estudo de um geógrafo, já que vários elementos estão relacionados a essa conjuntura. O objetivo deste trabalho foi o levantamento do conhecimento e da opinião dos alunos do primeiro ano do curso de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) a respeito da Reforma Agrária e dos movimentos sociais do campo. A maior parte dos estudantes possui pouco conhecimento sobre os assuntos abordados. No entanto, demonstram grande interesse para aprofundar o conhecimento sobre o tema, já que a maior parte deles julgou este saber de grande importância para as sua formação profissional.

PALAVRAS-CHAVES: Reforma Agrária; MST; Geografia.

YOUNG PEOPLE 'S VIEW ON LAND CONCENTRATION IN BRAZIL

ABSTRACT: Brazilian agrarian history has always been linked to land concentration. After centuries of land concentration in Brazil, several segments of the rural population strive to own land. The agrarian structure of a determined space may be a study theme of a geography teacher since several factors are related to such a situation. Current research aims to know the opinion of young people in the first year of the graduation course at the State University of Maringá, Maringá PR Brazil, on Agrarian reform and on the social movements involved. Most students have scanty knowledge on the subject but show a lively interest to deepen their knowledge. Many think that the theme is highly relevant for their professional formation.

KEY WORDS: Agrarian Reform; Landless Peasants ' ; Movement; Geography.

* Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM; Doutoranda pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: anaclaudia1985@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O problema da repartição de terras no Brasil é antigo e conturbado. O país apresenta uma das mais injustas estruturas fundiárias do mundo. Imensas áreas rurais estão concentradas nas mãos de poucas pessoas, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A história agrária do Brasil sempre esteve ligada à concentração de terras. A primeira forma de acesso jurídico à terra no país foram as sesmarias. Regime que se configurou como a base do latifúndio e perdurou até 1922, data em que chegou ao fim. Somente em 1850 surgiu a Lei de Terras, após quase 30 anos sem nenhuma legislação de acesso à terra. Foi estabelecido com a Lei que a aquisição de terras no Brasil seria possível somente por intermédio da compra. Importante frisar que essa lei foi elaborada pelos grandes latifundiários da época, com o objetivo de dificultar o acesso à terra pelos negros recém-libertados e pelos imigrantes. Esse fato refletiu não somente no período em questão, mas em todo o contexto atual do Brasil.

O latifúndio foi se solidificando ao longo dos anos, principalmente por medidas adotadas pela classe agrária dominante, ao contrário do que ocorria em outros espaços do mundo, onde as políticas de reforma agrária eram pautadas sempre na função social da terra.

Após séculos de concentração fundiária no país, diversos segmentos de trabalhadores rurais lutam pela conquista da terra e vêm elaborando propostas para organizar e viabilizar econômica e socialmente os assentamentos rurais, a fim de que a haja uma melhor distribuição de terras no Brasil.

Os geógrafos são responsáveis pelo estudo do espaço geográfico e por todos os elementos que o compõem, sejam naturais (físicos) ou culturais (humanos). Assim, toda organização existente nesse espaço está sujeita à análise geográfica. A estruturação agrária de um determinado espaço pode ser foco de estudo de um geógrafo, já que vários elementos estão relacionados a essa conjuntura.

O conhecimento ou interesse por tal seguimento da Geografia é de fundamental importância para a formação de um bom profissional dessa área. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi o levantamento do conhecimento e da opinião dos alunos do primeiro ano do curso de Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM, a respeito da Reforma Agrária e dos movimentos sociais do campo.

2 METODOLOGIA

As informações trabalhadas neste texto foram obtidas e trabalhadas em duas diferentes etapas. A primeira consistiu na leitura e análise de materiais bibliográficos referentes à estrutura fundiária brasileira, à Reforma Agrária e aos movimentos sociais do campo. No segundo momento foi realizado um trabalho com alunos do primeiro ano do curso de Geografia da Universidade Estadual de Maringá. A escolha por essa categoria é justificada pelo fato de serem estudantes recém-chegados à universidade; logo, não têm suas opiniões alicerçadas no conhecimento adquirido na instituição. Dessa forma, este estudo revela como o acadêmico enxerga os temas antes do aprofundamento teórico e científico dos mesmos.

Para o levantamento dos dados foi elaborado um questionário, para aplicação junto aos alunos do primeiro ano do curso da UEM. Este questionário foi elaborado visando o levantamento da opinião e do conhecimento a respeito da Reforma Agrária e dos movimentos sociais do campo por parte do aluno que acaba de entrar na universidade e traz consigo opiniões construídas, muitas vezes, a partir de informações vinculadas pela mídia. Todas as perguntas do questionário continham alternativas nas quais os alunos deveriam fazer um x sobre a resposta que melhor expressasse seu conhecimento e sua opinião acerca do assunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história agrária do Brasil sempre esteve ligada a concentração de terras. A primeira forma de acesso jurídico à terra no país foi através das sesmarias. Regime que se configurou como a base do latifúndio. Esse regime consistia na doação de terras a sesmeiros, com exigência de cumprimento de duas condições principais, ou seja, o cultivo da terra, pois sem a utilização econômica ninguém era dono de fato e a moradia habitual. Porém, houve dois problemas principais que inviabilizaram a exploração econômica. O primeiro estava relacionado com a grande dimensão espacial das parcelas de terras, e o segundo, à falta de mão de obra. Mesmo havendo as exigências citadas, tudo ficou apenas no papel. Não houve comprovação de

produção, tão pouco de habitação; no entanto, ninguém perdeu a concessão. Essa situação deu início à grande concentração de terras não produtivas no espaço brasileiro.

Esse processo perdurou até 1922, data em que chegou ao fim o regime de sesmarias. Após o fim do regime citado, o Brasil ficou 28 anos sem nenhuma regulamentação de acesso à terra. Esse vazio temporal foi benéfico para uma minoria que desejava o monopólio da terra. Somente em 1850 surgiu a Lei de Terras, estabelecendo que a aquisição seria possível somente por intermédio da compra, assim como incluiu dispositivos sobre as condições para a revalidação das doações passadas, bem como as normas para a legitimação das posses mansas e pacíficas.

Segundo Nozoe (2005), essa nova legislação aprimorou o conceito de terras devolutas e identificou o Estado como seu proprietário. Para Strazacappa (2006), a Lei de Terras foi elaborada pelos grandes latifundiários da época, com o objetivo de dificultar o acesso à terra pelos negros recém-libertados e pelos imigrantes, uma vez que o preço estipulado para as terras era muito alto. Serra (2003) coloca que o preço-terra era suficientemente elevado para impedir que posseiros e imigrantes pobres se tornassem proprietários de terras. Esse fato refletiu não somente no período em questão, mas em todo o contexto atual do Brasil. Na verdade, quando o preço da terra é elevado, impede-se que inúmeras pessoas tenham acesso a ela, mesmo através da compra (SERRA, 2003). Isso faz com que haja a concentração fundiária, pois a elevação especulativa do preço dos imóveis rurais perpetua o domínio dos latifúndios e tende a diminuir a oferta de alimentos no mercado interno, contribuindo para o aumento da fome no país. De acordo com Nozoe (2005), o processo de apropriação das terras públicas, associado aos interesses rurais dominantes sobreviveu à nova lei, bem como a outras que se seguiram, e dá sinais de que não chegou ao seu término nos dias atuais. Dessa forma, o latifúndio foi se solidificando, ao contrário do que ocorria em outros espaços do mundo, onde as políticas de reforma agrária eram pautadas sempre na função social da terra (STRAZZACAPPA, 2006).

A Reforma Agrária no Brasil tem sua história marcada por vários organismos criados pelo governo federal com o objetivo de manter o controle sobre as lutas camponesas (FERNANDES, 1999). Atrelado a isso, também de acordo com

Fernandes (1999), foram decretadas e promulgadas diversas leis que não foram implementadas, mesmo com todas as lutas dos trabalhadores.

A Constituição em vigor no Brasil (1988) estabelece uma política de Reforma Agrária, definida com medidas com o objetivo de promover melhor distribuição de terras, mediante modificações no regime de posse e uso, com justiça social e maior produtividade. É esperado que com essa política haja o fim do latifúndio, a paralisação do êxodo rural e o combate à miséria rural.

Diversos segmentos de trabalhadores rurais lutam pela conquista da terra e vêm elaborando propostas para organizar e viabilizar econômica e socialmente os assentamentos rurais. Entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que apresenta uma organização de caráter nacional e vem assumindo uma posição de destaque dentro deste cenário.

Esse movimento teve sua estrutura organizada em meados da década de 80 do século passado, empunhando a bandeira da necessidade da realização da Reforma Agrária brasileira. Segundo Comparato (2001), o MST foi fundado, oficialmente, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, por ocasião do Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes de 13 Estados. De acordo com Serra (2001), a fundação do MST deu novos rumos à luta camponesa, tanto no Paraná como em todo o Brasil. Entre os movimentos que surgiram naquela época de transição política, o MST apresenta a mais forte identidade social, assim como uma grande capacidade de definir sua base social e motivá-la (NAVARRO, 2002). Esse processo não se configura como uma luta para não deixar a terra, mas, sim, de um processo de luta para entrar na terra (OLIVEIRA, 2001).

As reivindicações do MST estão embasadas no fato de o Brasil apresentar condições que permitem uma dinâmica sustentável no campo, tais como: uma grande disponibilidade de terras cultiváveis, uma massa trabalhadora desejando voltar ao campo, de onde foi expulsa, e uma demanda potencial de produtos agrícolas no país e no exterior. Nesse sentido, o retorno de um contingente populacional rural seria caracterizado por um ajuste social e econômico e que redesenharia uma ocupação do espaço rural de um novo paradigma de reestruturação da economia.

O conhecimento e interesse pelo tema da Reforma Agrária e dos

movimentos sociais do campo são de fundamental importância para a formação de um bom profissional da área de Geografia. Na verdade, o estudo da organização espacial e social do espaço agrário brasileiro se configura como base para toda e qualquer intervenção realizada no referido. Este espaço, de acordo com Fabrini (2011), está em constante transformação e a cada momento são acrescentados novos conteúdos que pedem interpretação à Geografia e à ciência. Desta forma, os estudantes de Geografia necessitam de amplo conhecimento acerca do assunto, haja vista que será pautado nos estudos e análises desses profissionais que muitas das políticas públicas serão criadas e aplicadas no território nacional. Assim, a segunda parte do trabalho trata da investigação do grau de conhecimento e opinião dos acadêmicos do primeiro ano do curso de Geografia da UEM a respeito da Reforma Agrária e dos movimentos sociais do campo.

Foram entrevistados 35 alunos do primeiro ano noturno. No momento da aplicação do referido questionário foi ressaltada a importância do preenchimento pautado, exclusivamente, na opinião e no conhecimento do próprio aluno.

Os alunos foram indagados sobre o grau de conhecimento que possuíam a cerca da Reforma Agrária. Do total, 91% dos entrevistados disseram que sabiam pouco sobre o assunto, 6% afirmaram ter conhecimento pleno e 3% não tinham nenhum conhecimento (Figura 1).

Quanto ao fato de serem a favor da Reforma Agrária brasileira, houve maior grau de distinção entre as respostas. Os alunos que não tinham conhecimento para opinar somaram 29%, os que eram contra 14% e os acadêmicos a favor da Reforma somaram 57% do total (Figura 1).

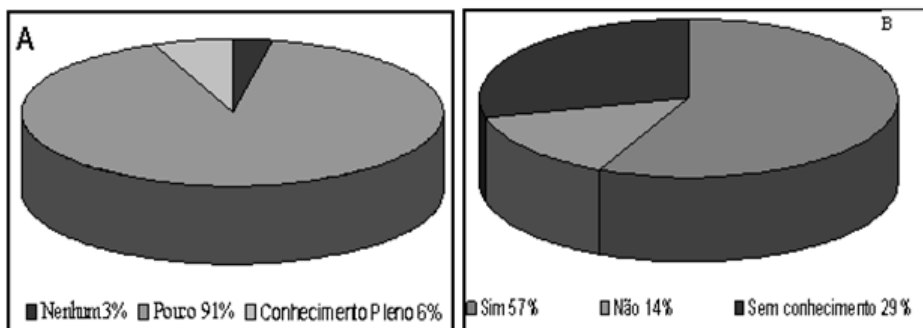


Figura 1. Resultados dos questionários aplicados aos alunos do primeiro ano do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Maringá: A - Qual seu conhecimento sobre Reforma Agrária? B - Você é a favor da Reforma Agrária?

Percebe-se com o confronto dos dados que, apesar da maior parte afirmar que tem pouco conhecimento sobre o assunto, no momento em que foi solicitado a opinião acerca da Reforma uma porcentagem bem maior preferiu se abster de um posicionamento contundente.

Esse tipo de conduta é aceitável no primeiro ano de graduação, haja vista o pouco preparo para uma opinião embasada sobre o assunto. Atualmente a maior parte dos acadêmicos ingressa nas universidades muito jovens, muitas vezes saem direto do ensino médio para o ensino superior e trazem consigo muitas dúvidas, angústias e imaturidade quanto à criticidade dos temas abordados na academia.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra também foi abordado com os alunos. Quanto ao nível de conhecimento sobre o Movimento, 77% dos acadêmicos entrevistados disseram ter pouco conhecimento, 3% não possui nenhum e 20% afirmaram ter conhecimento pleno (Figura 2). Quando questionados sobre a opinião que possuem sobre o Movimento, 47% dos alunos afirmaram serem contra o MST, enquanto que 20% é a favor e 31% não tinha conhecimento para opinar (Figura 2). A maior parte dos alunos se coloca como desconhecedores do Movimento, mas, ao mesmo tempo, são contra. Isso demonstra que o posicionamento assumido é pautado em opinião de senso comum, já que não possuem conhecimento das reivindicações feitas pelo MST, tampouco dos motivos da luta deste movimento. De acordo com Sorj (1998), em muitas situações a mídia utiliza as declarações feitas por líderes do movimento para passar uma ideia de radicalismo, fortalecendo, assim, a premissa de uma parcela da população.

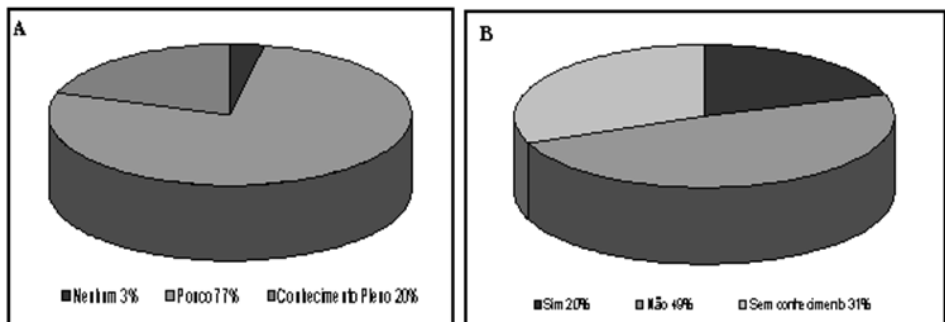


Figura 2. Resultados dos questionários aplicados aos alunos do primeiro ano do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Maringá: A- Qual seu conhecimento a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra? B - Você é a favor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra?

Apesar de a maior parte assumir que possuem pouco conhecimento e se posicionar contra o MST, em torno de 75% acreditam que há distorções nas informações vinculadas por parte da mídia em relação ao Movimento, enquanto 17% dos entrevistados acreditam que não há nenhum tipo de influência. O restante (8%) não tinha conhecimento para opinar acerca da questão.

Apesar do percentual de não conhecimento sobre os assuntos abordados ser baixo nas questões que envolviam esse questionamento, grande parte dos alunos se colocou interessados em aprender sobre a Reforma Agrária e os movimentos sociais durante a graduação, cerca de 90% se mostrou a favor da obtenção de informações sobre os temas. Esse dado vai ao encontro do posicionamento dos alunos em outra questão, na verdade, quando questionados se haveria relevância para a formação do Geógrafo o conhecimento sobre Reforma Agrária e movimentos sociais, cerca de 90% acreditam que esses temas são importantes para a formação do profissional; o restante (10%) julgou desnecessário o aprendizado. Ainda sobre a inserção desses temas nas aulas, 91% dos alunos acreditam que terão, ao longo do curso, alguma disciplina que abordará tal assunto.

Outro dado importante obtido neste trabalho foi a constatação da influência da universidade, mais especificamente dos professores, na formação da opinião dos alunos a respeito da Reforma Agrária e dos movimentos sociais do campo. Para esta constatação foi indagado aos alunos se os professores se posicionam contra, a favor ou não opinam em relação a esses temas. De acordo com 90% dos alunos os professores são imparciais, ou seja, não opinam sobre esses temas. Este dado mostra que, na maioria das vezes, os professores desempenham seus papéis de maneira ética, ou seja, aborda o assunto, mas deixa que o próprio aluno, a partir daquele conhecimento construído, formule suas próprias conclusões. Para Silva e Camargo (2007), é através do ensino que haverá a formação de cidadãos pensantes, que tenham opinião, saibam tomar decisões, lutam pelos seus direitos e cumprem seus deveres dentro da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil construiu ao longo de sua história uma estrutura fundiária pautada na grande propriedade. Diversos planos governamentais estimularam essa

concentração fundiária, o que resultou em uma grande massa populacional sem acesso à terra.

Apesar dos séculos de concentração de terra há grupos que acreditam e reivindicam uma distribuição igualitária e justa, para que a terra cumpra sua função social. Estes grupos fazem parte dos movimentos sociais do campo, que se organizam e lutam para que seja feita a Reforma Agrária. A realização dessa Reforma é meta antiga do governo, mas sofre com interesses de grandes latifundiários.

É esperado dessa política o fim do latifúndio, a retenção do êxodo rural e o combate a miséria rural. No entanto, o programa não funciona como o esperado, pois muitas famílias recebem terra, mas não têm acesso ao crédito para fazer o plantio, muitos assentamentos estão em áreas impróprias para agricultura e longe de centros consumidores. Dessa forma, o que se espera com a Reforma Agrária não está acontecendo de forma efetiva.

A longa luta pelo acesso à terra no Brasil ganhou nas décadas finais do século passado um movimento de grande expressão nacional, o MST. Este movimento intensificou sua luta pela terra através das ocupações. Apesar dos ideais defendidos, o movimento muitas vezes tem suas ações criticadas pela sociedade, inclusive, por influência da mídia.

As ciências sociais possuem relevante papel na luta pela Reforma Agrária. Os estudantes dessas ciências estão constantemente abordando o assunto em suas discussões na academia. Dessa forma, o amplo conhecimento acerca do tema se configura como um dos itens principais na formação desses profissionais, pois serão eles, também, os mais preparados para formular estratégias para que haja a melhoria da atual situação da estrutura fundiária do Brasil.

Os estudantes de Geografia da Universidade Estadual de Maringá se mostram com pouco conhecimento sobre a Reforma Agrária e os movimentos sociais do campo, que lutam para a melhor distribuição de terras no país. Em virtude do pouco conhecimento sobre os assuntos, alguns acadêmicos não concordam com a luta do movimento mais conhecido do campo hoje, o MST. Essa linha é aceitável, haja vista que são estudantes recém-chegados à universidade e ainda não tiveram aulas referentes ao histórico de concentração de terras no Brasil; logo, não entendem os ideais defendidos pelo Movimento, tão pouco a necessidade da Reforma Agrária brasileira.

Apesar da colocação contrária em determinados questionamentos sobre os assuntos abordados, os acadêmicos demonstram grande interesse em aprofundar o conhecimento sobre o tema, já que a maior parte deles julga este saber de grande importância para a sua formação profissional.

REFERÊNCIAS

COMPARATO, B. K. **A ação política do MST**. São Paulo em Perspectiva, 2001.

FABRINI, J. E. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro e formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1979–1999)**. 1999. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil, In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232.

NOZOE, N. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 33, 2005, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal, Rio Grande do Norte: ANPEC, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005>>. Acesso em: 25 mar. 2009.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez. 2001.

SERRA, C. A. T. Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil. **Alceu**, v. 4, n. 7, p. 231-248, jul./dez. 2003.

SERRA, E. Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 45-58, 2001.

SILVA, A. C.; CAMARGO, E. A construção do conhecimento moral. In: PASSINI, E. Y. et. al. (Org.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.

SORJ, B. A reforma agrária em tempos de democracia e globalização. **Novos Estudos**, v. 50, p. 23-40, 1998.

STRAZZACAPPA, C. **A luta pela terra no Brasil**: das sesmarias ao MST. São Paulo, Moderna, 2006.

Recebido em: 03 de janeiro de 2013

Aceito em: 23 de outubro de 2013